

Grupo de Estudos em Análise de Discurso e Ensino de Línguas

O REFORÇO ESCOLAR INFORMAL EM SOCIOLOGIA NA ECONOMIA GIG: EXPLORATÓRIO SOBRE A INFLUÊNCIA NO VALOR DA HORA/AULA

Informal school reinforcement in sociology in the GIG economy: exploratory on the influence on the value of the hour / class

LOPES, Ricardo Cortez (FCMB)¹

RESUMO

o sistema de ensino brasileiro é bastante normatizado no tocante ao ensino formal e informal. Há, no entanto, um mercado de professores que trabalham sem vínculo formal nem a instituições e nem a alunos, configurando-se a relação apenas por demanda e sem fim certificativo para reforço escolar. Nos últimos anos, com a ascensão da internet, essa relação se ampliou para espaços online, na chamada economia GIG, caracterizada pela contratação de serviços pontuais sob demanda. A ideia desse estudo é pesquisar o valor hora/aula proposto pelos professores que oferecem reforço escolar em sociologia em determinadas plataformas de professores. A metodologia do estudo foi quantitativa, analisando um banco de dados construindo no levantamento do perfil dos professores segundo uma série de variáveis, cuja testagem se deu por meio do qui quadrado de Pearson. Os resultados apontaram que a variável que influenciou entre todas foi a própria plataforma, e nos detivemos em características.

Palavras-Chave: Reforço escolar; professores de sociologia; plataformas educacionais; economia GIG.

ABSTRACT

the Brazilian education system is quite standardized with regard to formal and informal education. There is, however, a market for teachers who work without formal bond neither to institutions and students, setting up the relation only for demand and without a certificative end for tutoring. In recent years, with the internet 4.0, this relationship has expanded to online spaces, in the so-called GIG economy, characterized by the contracting of punctual online services on demand. The idea of this study is to research the hour/ class value proposed by teachers who offer tutoring in sociology on teacher platforms. The methodology of the study was quantitative, analyzing a database building in the research of the teacher's profile according to a series of variables, whose testing was done through Pearson's chi square. The results points that the variable that influenced all of them was the platform itself, and we focused on characteristics.

Keywords: tutoring; sociology teachers; teacher Plataform; GIG economy.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAPES 7). Faculdade CMB, Rio Grande do Sul, Porto Alegre; Coordenação de Aprendizagem. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0808-7203>; rshicardo@hotmail.com.

1. Introdução

A aula particular de reforço é uma prática educativa muito antiga e que colocam muitas tensões nas fronteiras conceituais. Por um lado, esse procedimento educacional informal precisa dos conteúdos (e principalmente das avaliações) do ensino formal, que é para onde se direciona o reforço); por outro lado, ele precisa ser diferente para criar o interesse dos alunos. O objetivo deste artigo é refletir sobre essa modalidade a partir dos professores particulares de sociologia, verificando o seu perfil e o que influencia na sua remuneração por hora/aula.

O presente estudo é exploratório, ou seja, ele não se dedica a ser totalmente preciso do ponto de vista estatístico, embora utilize algumas ferramentas para fazer o tratamento dos dados coletados, na busca de tendências para realizar os testes. Os professores particulares, aqui, estão sendo apreciados em plataformas educacionais, nas quais eles podem montar um anúncio a ser acessado por interessados.

Conceitualmente, o reforço escolar é uma aula paralela à da sala de aula e “[...] se concretiza, principalmente, por meio de aulas individuais ou para pequenos grupos, com um professor, aulas para grandes grupos providas individualmente ou mesmo por meio de uma estrutura empresarial com oportunidades diversificadas” (GOMES, 2010, p. 59). Ou seja, na maioria das vezes ocorre fora do espaço escolar, em uma contratação pontual acordada entre professor e aluno, sem um vínculo de maior dimensão.

Em outras palavras, o reforço funciona como uma atividade complementar à sala de aula formal, com professores lecionando em espaços informais por uma remuneração combinada previamente. É interessante que a aula, com o avanço das tecnologias da informação, pode ser marcada online ou mesmo pode ser combinada por intermédio de ambientes completamente virtuais. Dentro deste nicho, apareceram muitas plataformas de professores que oferecem aulas particulares de reforço, que estão inseridas dentro do campo da economia GIG, cujo nome provém de uma gíria para a palavra “show”:

A GIG economy refere-se aos padrões temporários de contratação prevalecendo sobre os contratos permanentes, onde plataformas online são utilizadas para negociação do trabalho a ser prestado por demanda do contratante [...] é possível ter uma combinação de oportunidades disponíveis, horários flexíveis e *home office* (COCHRANE, MELLO, 2020, p.143)

Assim, as atividades dessa economia acontecem por intermédio de plataformas, sem a ligação formal por meio da flexibilidade. Ou seja, a disciplina estará sendo desenvolvida por meio dessa dinâmica, e o professor dentro de uma plataforma é uma opção entre outras para o interessado escolher. O professor insere, na plataforma, uma série de informações na expectativa de ser atraente ao contratante e ser escolhido para a aula online.

O nosso problema de pesquisa focou-se, especificamente, no valor da hora/aula: o que interfere no número que os professores anunciam nas plataformas? A hipótese desse estudo foi a de que a primeira graduação influenciava diretamente no valor da hora/aula, pois professores de sociologia teriam o diploma e, assim, poderiam exigir uma remuneração maior por seu tempo empregado. Durante a visita aos sites da plataforma essa hipótese, no entanto, foi sendo refutada “qualitativamente” na medida em que nem todos os professores mencionavam de sua formação na plataforma, e que elas não apresentam uma uniformidade - a plataforma Corujito, por exemplo, fornece uma cópia do diploma dos professores. Chama a atenção que não há uma padronização, e existem sites que não colocam quase nenhuma informação, enquanto em outros elas abundam.. Quando foi terminada a observação, o teste qui quadrado de Pearson terminou por refutar quantitativamente a hipótese, e vamos apresentar a relação das variáveis durante a apreciação dos resultados.

2. Referencial Teórico, metodologia e o Ensino de Sociologia

Durkheim concebia a sociedade moderna como um organismo, cujas partes cumprem funções para manter a solidariedade entre seus membros. Na modernidade, isso só é possível por conta da Divisão Social do Trabalho, que permite a diversificação do tecido social - o que não acontecia na solidariedade mecânica, onde a solidariedade se mantinha pela similitude entre seus membros. Assim, a diferença entre os membros do grupo cria funções e elas precisam ser cumpridas. Porém, o que seria uma função?

A palavra função é empregada de duas maneira bastante diferentes. Ora designa um sistema de movimentos vitais, fazendo-se abstração das suas consequências, ora exprime a relação de correspondência que existe entre esses movimentos e algumas necessidades do organismo. Assim, fala-se da função de digestão, de respiração, etc.; mas também se diz que a digestão tem por função presidir à incorporação no organismo das substâncias líquidas ou sólidas destinadas a reparar suas perdas; que a respiração tem por função introduzir nos tecidos do animal e os gases necessários à manutenção da vida, etc. É nessa segunda acepção que entendemos a palavra (DURKHEIM, 1999, p.13)

Ou seja, a função indica uma necessidade. Essa necessidade, no entanto, opera na dimensão do dever-ser: se ela for corretamente executada, então a função vai estar sendo correspondida. Mas as funções, apesar de serem vitais, não são, entre si, igualmente apreciadas, gerando diferentes tipos de reconhecimento.

Um desses tipos de reconhecimento é o financeiro, bastante característico na solidariedade orgânica: “Surgia, assim, a grande sociedade solidária, cujos pilares eram constituídos pela intervenção pública para garantir e proteger os direitos sociais, influenciar o nível de renda e melhorar diretamente as competências dos indivíduos” (FALCÃO, 2019, p.68, grifos nossos). Ou seja, quando a teoria durkheimiana se refere à possibilidade de a renda variar, significa que há espaço para estudar em que medida ocorre essa variação.

Isso fica mais evidente quando Durkheim promove a comparação da atividade econômica com a solidariedade mecânica, que promovia cultos profissionais:

Naturalmente, o culto profissional não se realizava sem festas, que eram celebradas em comum com sacrifícios e banquetes. Todas as espécies de circunstâncias serviam, alias, de ocasião para alegres reuniões; além disso, distribuições de víveres ou de dinheiro ocorriam com frequência às expensas da comunidade. Indagou-se se a corporação tinha uma caixa de auxílio, se ela assistia regularmente seus membros necessitados, e as opiniões a esse respeito são divididas (DURKHEIM, 1999, p.XVII)

Ora, as corporações medievais eliminavam as diferenças individuais entre seus membros ao pagar as dívidas individuais, por exemplo. Já na solidariedade orgânica há o contrário: a remuneração do indivíduo é marca de suas diferenças. Nas plataformas essa diferença se verifica justamente pela variação das remunerações, que não segue um critério coletivo.

3. Do preceptor, ao professor particular e à economia GIG

O reforço por aula particular é uma prática muito antiga e muito anterior à própria instituição escola, e tomou outros nomes ao longo das épocas. Desde a época dos gregos já era comum um preceptor, ou seja, alguém que ensine diretamente para algum aluno. Aristóteles, por exemplo, educou Alexandre, O Grande (CENCI, 2018). Outro caso relevante foi o de Giambattista Vico, que também foi um preceptor (VALVERDE, 2020), e que formava filhos de nobres nas artes humanas, antes de o filósofo vir a se tornar professor em uma pequena universidade italiana. Ou seja, o preceptor é o contrário do professor institucional no sentido de que vai até o aluno.

Com a consolidação dos sistemas formais de ensino na modernidade, o professor se tornou particular no sentido de que auxilia na aprovação desse sistema. Nesse caso, o professor particular começou a atuar, prioritariamente, no fracasso escolar: “O fracasso escolar é terreno fértil onde vicejam atividades preventivas e remediativas paralelas à escola [...] De tais necessidades brota uma espécie de sistema-sombra, não formal ou informal, com um porte e diversificação apreciáveis” (GOMES, 2010, p. 57). Portanto, essa “sombra” necessita do sistema formal na medida em que o complementa.

O professor particular se diferencia do institucional por sua possível constância, pois ele geralmente recebe por aula; assim, ele não possui ligação com o aluno para além da troca imediata. Ele foi menos estudado pela bibliografia, possivelmente por sua condição marginal, que dificulta a busca de informações - talvez porque não há uma instituição gerando documentos. O reforço escolar varia em função de acordo com o país: “No Brasil, tal qual ocorre nos sistemas educacionais mais competitivos, o reforço escolar tem sido,

antes, uma enviesada opção de inclusão educacional e de suprimento de deficiências acadêmicas da escola regular, independentemente da esfera administrativa” (GOMES, 2010, p. 57). Ou seja: o reforço escolar ajuda a cumprir com a função social da própria escola, então o ensino de sociologia em cursos pré-vestibulares também é reforço escolar (LOPES, BALDASSO, 2015), embora muitas vezes ensine o que a escola básica não ensina.

Referimos que o professor particular pode atuar em assuntos escolares e também não escolares. O caso da sociologia acaba sendo dúbio no momento em que é uma disciplina que adentra e se retira do currículo da escola básica com muita frequência, o que altera a necessidade de seu reforço se não há avaliação. Sem dúvida é importante conhecer esse movimento porque ele interfere diretamente no valor da hora/aula, pois esse número varia, também, de acordo com as avaliações envolvidas.

O ensino de sociologia se relaciona com currículo escolar brasileiro de maneira intermitente. O primeiro lugar onde ele se instalou foi no ensino superior, nos anos 1930, de onde nunca mais saiu.

No ensino escolar, as tentativas são bem antigas: desde Benjamin Constant já se tentava inserir a sociologia como disciplina obrigatória, de uma perspectiva mais conservadora:

O que podemos perceber desta conjuntura é o caráter elitista que a disciplina assumira, ao se voltar para as últimas séries da Educação Básica – o que se encontrava em consonância com os pressupostos comteano que via a Sociologia como a ciência mais complexa, a física social, e que, portanto, o seu ensino deveria ‘coroar’ o ensino das demais ciências – e para os cursos superiores, ambos níveis de acesso restrito acesso à população, nesse momento, caráter esse que foi mantido pelas reformas posteriores (OLIVEIRA, 2013, p. 180)

Ou seja, a sociologia faz parte de um projeto maior positivista, e não em um projeto disciplinar. Essa representação sobre o que é sociologia possivelmente permitiu que ela prosseguisse mesmo nas outras reformas. Houve uma série de reformas, como a Rocha Vaz e a Campos que trouxeram de volta a disciplina. Assim, quando a Sociologia se estabelece no ensino superior, as reformas acontecem em paralelo: “É a partir desse momento, com a Reforma Rocha Vaz em 1925 e, posteriormente, com a Reforma Francisco Campos em 1931, que temos um marco significativo para pensarmos o processo de institucionalização do Ensino de Sociologia” (OLIVEIRA, 2013, p. 180). Essa institucionalização escolar é o momento em que o ensino de sociologia adentra o espaço do ensino básico. Quais são as características dessas reformas?

Nunca é demais recordar que a Reforma Capanema [1942] longe de ter como objeto específico o ensino ou não da Sociologia, focou em realizar um conjunto de reformas que possuíam um caráter centralista, burocratizado e dualista, que separava o ensino secundário, voltado para as elites, do ensino profissional (SAVIANI, 2011). Nesse processo os cursos complementares,

em que a Sociologia era lecionada, foram extintos, organizando-se o denominado ensino secundário em dois ciclos: o ginásial e o colegial, portanto, a extinção da Sociologia (OLIVEIRA, 2013, p.183)

Ou seja, essa reforma buscou estabelecer a dualidade da formação básica, com o intuito de levar ao mercado de trabalho ou ao ensino superior, e nesse quadro o trabalho não era integrado. Porém, não é como se a sociologia fosse sistemática em sua função:

Com esta Reforma encerra-se o momento de estabilidade vivenciado pela Sociologia nos currículos escolares, marcado, abertamente, por uma profunda indefinição de seu papel, ainda que vários sentidos tenham sido atribuídos ao seu ensino, que estavam atrelados diretamente à ideia da constituição de uma nação. O hiato que separa este período do processo paulatino de regresso desta disciplina aos currículos escolares, a partir dos anos de 1980 mostra-se emblemáticos. Há momentos democráticos, como aquele no qual é elaborada e aprovada a nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, seja na ditadura, possuindo em comum o fato de que a Sociologia como disciplina escolar permanecia ausente. Assim, ainda que seus conteúdos continuassem a ser ministrados de forma dispersa, pouco articulada e mesmo desconexa por meio de várias disciplinas escolares (SILVA, 2010), como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, como demonstra um exame mais acurado de seus manuais, permanece neles o caráter ideológico (OLIVEIRA, 2013, p.183)

Ou seja, o positivismo estabeleceu uma função nesse primeiro momento, e também, que é a de gerar o laço nacional. Ela foi continuada durante o período militar. Nesse sentido, afirmar que a sociologia foi excluída do ensino médio por sua contestação ao status quo, pois a maior parte do tempo em que ela esteve no currículo escolar foi de função conservadora:

Ainda que seja inegável que as políticas educacionais adotadas durante a ditadura militar, com a tentativa que tecnificar todo o Ensino Médio, tenham sido um duro golpe para o ensino de Sociologia, interpretamos esse momento mais como uma continuidade com relação ao cenário que vinha se delineando desde os anos 40. Este cenário levou obviamente a um processo de redirecionamento dos cursos de Ciências Sociais, a partir de então preocupados essencialmente com o universo da pesquisa. Este quadro se acentuou com a Reforma Universitária de 1968 que separou as Faculdades de Educação das de Ciências Sociais (OLIVEIRA, 2013, p.184)

Podemos observar uma virada de concepção: do nacionalismo para a pesquisa, o que fica evidenciado pela separação das faculdades. Isso se reflete na produção bibliográfica:

Silva et al. (2010) indicam para um declínio acentuado da produção bibliográfica divulgada em periódicos em torno da temática do ensino de Ciências Sociais a partir dos anos 60. Esse declínio aponta para um redirecionamento das reflexões no âmbito das Ciências Sociais e sobre o seu Ensino, o que refletiu o cenário institucional delineado. Como já afirmamos, a

inexistência da Sociologia como disciplina escolar não significou a ausência do seu ensino, contudo (OLIVEIRA, 2013, p.184)

O paradigma profissional, portanto, excluía a sociologia na medida em que ela não estava mais jogando o papel de disciplina mais abrangente, pois a ideia era um conhecimento aplicado. Portanto, apenas esse paradigma perdendo força a sociologia ganha, em uma relação de proporcionalidade inversa:

Apenas com a Lei n.º 7.044 de 18 de outubro de 1982 (BRASIL, 1982) é que houve mudanças substanciais na Lei n.º 5.692/71 [...], colocando fim à profissionalização obrigatória do Segundo Grau, abrindo possibilidades para a introdução de outras disciplinas no currículo escolar e para outros debates. É neste contexto que a Sociologia constará nos currículos escolares de diversos Estados, como São Paulo, em 1983, Rio Grande do Sul, Pará, Pernambuco, em 1986, no Distrito Federal em 1987, no Rio de Janeiro, em 1989 (OLIVEIRA, 2013, p.184)

Ou seja, é neste momento que se abre espaço para os estados optarem pelo ensino, que não é obrigatório mas está sendo exercido. Isso dá uma nova função para a sociologia, que é a da cidadania, completamente compreensível no momento da redemocratização. Esse paradigma se mostra mais vitorioso ainda em um documento posterior:

Esta ligação entre o Ensino de Sociologia e a temática da cidadania reforça-se ainda mais com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei n.º 9.394/96 [...] cujo artigo 36 aponta que os alunos egressos do Ensino Médio deveriam possuir conhecimentos de Sociologia e de Filosofia para o exercício da cidadania (OLIVEIRA, 2013, p.184)

Ou seja, a Sociologia e a Filosofia cumprem a função de ajudar a desenvolver a cidadania, que é a função da educação. Porém, inesperadamente, a sociologia já não voltou diretamente. Isso talvez possa ser explicada por um documento e por uma teoria:

A LDB assegura o Ensino de Sociologia, mas não como disciplina escolar [...], o que se atrela a uma concepção mais ampla de currículo que passou a se difundir principalmente a partir dos anos de 1990 no Brasil. É neste momento que se popularizou no Brasil, as denominadas pedagogia das competências [...] (OLIVEIRA, 2013, p.184)

Ou seja, o paradigma da cidadania, por mais que persista, já dá uma outra função, que é a de competências. Isso foi concretizado nos Parâmetros Curriculares Nacionais:

A elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, publicados em 1999, contemplavam os denominados ‘Conhecimentos de Antropologia, Sociologia e

Política', elaborado majoritariamente por profissionais sem formação específica no campo das Ciências Sociais (OLIVEIRA, 2013, p.184)

Aqui, podemos observar que a sociologia é pensada por não profissionais, o que pode ter implicações diretas na confecção da normativa. Porém, a normativa em si mesma não explica a função da sociologia:

Não podemos deixar de lado o fato de que os avanços e retrocessos institucionais, que inclui o veto presidencial em 2001 ao projeto de lei que reintroduziria o ensino de Sociologia e filosofia no Ensino Médio, foram acompanhados de uma ampla luta por parte de sociólogos organizados principalmente em torno de instituições profissionais, e não acadêmicas, com destaque para a Federação Nacional dos Sociólogos e o Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo (OLIVEIRA, 2013, p.185)

Nesse sentido, a disciplina, por si só, sofreu afastamentos institucionais, cujas implicações de justificações devem ser muito interessantes de serem analisadas. Esse tipo de reação dá a entender, de fato, que o novo paradigma institucional. A obrigatoriedade foi conquistada em 2008, porém, com a reforma do Ensino Médio de 2015, ela passou a fazer parte das ciências humanas e as suas tecnologias.

Dentro desta perspectiva, enquanto a Sociologia mostrou-se como uma disciplina abstrata, longe da realidade social do aluno, constituiu-se essencialmente como um saber elitizado, voltado para a formação de dirigentes que ingressariam nos cursos superiores (GUELFY, 2001; MEUCCI, 2011), e valorizado no currículo escolar. Em contrapartida, na medida em que se aproximou do debate político público, das questões sociais e culturais que constituem a realidade de seus alunos mostra-se como um saber dispensável, que pode ser 'ensinado de forma interdisciplinar' por outras disciplinas, por outros professores sem formação acadêmica específica (OLIVEIRA, 2013, p.185)

Ou seja, o foco do currículo agora é nas ciências humanas, o que possibilita que a sociologia (e outras disciplinas) possam ser lecionadas por outros licenciados, desde que sejam atingidos os objetivos da área no tocante à aquisição de competências. Não há dúvida de que essa intermitência afeta a oferta dessa disciplina no ensino médio, o que também intervém nas suas avaliações e na demanda por aulas de reforço. Acreditamos que, a partir de agora, seja relevante medir o número de professores na economia GIG variando de acordo com as idas e vindas da sociologia no currículo escolar, pois a história disciplinar indica que ela pode voltar a ser obrigatória no futuro.

4. Metodologia

Determinado o problema de pesquisa, procedemos a coleta dos dados para a testagem da hipótese. Iniciamos o procedimento navegando por algumas plataformas de maneira livre. A partir desse exercício, foi

montado um instrumento de coleta para o início do preenchimento do banco de dados, onde foram elencados as principais variáveis que tiveram recorrência. Foram elas:

Nome: foi registrado o nome do professor para consultas posteriores;

Estado: em qual unidade da federação brasileira o professor leciona presencialmente?

Plataforma: em qual site está hospedado o anúncio?

Área Principal: qual a área em que o professor anuncia primariamente? Nesse caso, a sociologia pode ou não estar nessa posição.

Experiência em sala de aula: o professor é exclusivamente particular? Ou ele esteve ou está envolvido com aulas em instituições educacionais?

Titulação máxima: qual o nível de ensino do professor?

Primeira Graduação: qual o primeiro diploma obtido pelo professor?

Valor da hora/aula: qual a remuneração que o professor coloca no site para cada hora de aula executada?

Sexo: qual o sexo do professor?

Profissão: o professor é apenas professor? Ou ele exerce outras funções?

Link: a URL foi registrada para futuras consultas.

Cada coluna foi considerada uma variável, e o objetivo foi testar a correlação entre o valor hora/aula com as outras, buscando entender qual seria aquela que causa a sua variação, resultando na resposta ao problema de pesquisa. De posse desse instrumento, o primeiro passo foi buscar as plataformas, tomando por base 1) matérias jornalísticas e 2) motores de busca pela expressão “professores particulares”. Não foram considerados, para fins de pesquisa, professores que agiam fora das plataformas por não terem contrato com elas. A partir desses critérios, foi montado um pequeno banco com os resultados, disposto na tabela 1:

Tabela 1: plataformas, seus endereços eletrônicos, oferecimento de sociologia e a contagem de ocorrências

Plataformas	URL	Oferece?	Ocorrências
Corujito	https://www.corujito.com/	sim	132
Beved	https://www.beved.com.br/	não	-
Superprof	https://www.superprof.com.br/	sim	5.318
Profes	https://profes.com.br/	sim	1.229
Udemy	https://www.udemy.com/pt/	não	-
TutorMundi	https://tutormundi.com/	não	-

Preply	https://preply.com/pt/	sim	1
Meu Professor Particular	http://www.meuprofessorparticular.com.br/	não	-
Professores de Plantão	https://www.professoresdeplantao.com.br/	não	-
SuasAulas	https://meubiz.com.br/negocios/suasaulas-ache-seu-professor-particular	não	-
AulaUP	Aplicativo	não	-
Apprise	https://appadvice.com/	não	-
Luma	https://lumaescola.com.br/	não	-
Colmeia	https://aulascolmeia.com.br/	não	-
Shapp	https://shapp.it/	sim	17
GetNinjas	https://www.getninjas.com.br/	não	-

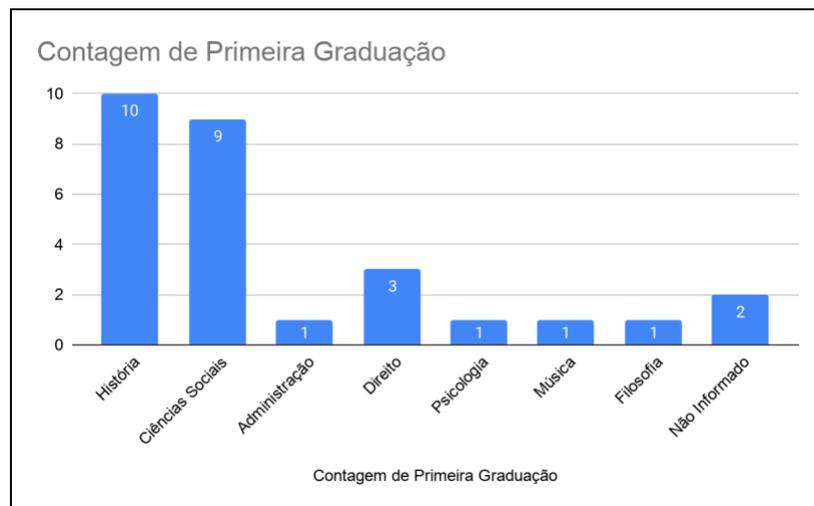
Fonte: autoria própria (em 2020)

Determinadas as plataformas e as suas recorrências, chegou o momento de buscar os professores GIG para determinar o seu perfil. Foram pesquisados os sites - excluídos aplicativos mobile - onde havia barra de buscas e que ofereciam a disciplina de sociologia, mesmo que associada com outras disciplinas. Os professores foram inseridos no banco de dados manualmente, sendo selecionadas as 6 primeiras ocorrências para o filtro “Brasil” de cada site, pois a ideia era encontrar os professores mais requisitados independentemente de sua região. Posteriormente, com o banco de dados já completamente preenchido, analisamos as variáveis isoladamente, em um primeiro momento, e executamos o teste qui quadrado de Pearson para cada uma delas com o fito de determinar, estatisticamente, qual é a maior correlação com a variável valor hora/aula: “Nesse teste, as frequências observadas empiricamente são comparadas com as frequências esperadas na ocorrência da hipótese nula” (GIL, 2019, p.162). Vamos começar pelas variáveis individualmente, que vão permitir conhecer o perfil dos professores de reforço de sociologia.

5. Gráficos Univariados e Modas

Nesta seção vamos analisar os gráficos univariados, apreciações das variáveis segundo sua variação interna. A primeira contagem que realizamos foi a da primeira graduação:

Gráfico 1: primeira graduação

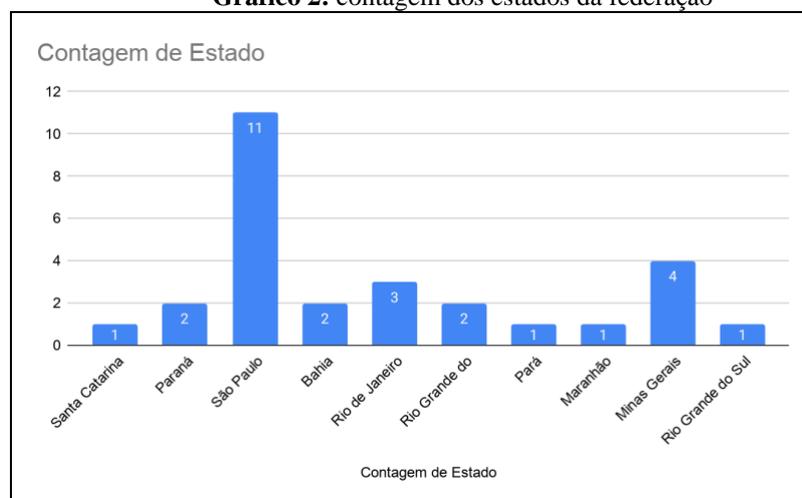


Fonte: autoria própria

Podemos observar que o curso que é a moda é o de história, que detém 10 professores, seguido dos professores que têm formação direta em ciências sociais. O dado curioso é que a licenciatura mais próxima do ponto de vista institucional, a filosofia - que inclusive possui a mesma carga horária que Sociologia no ensino médio - foi amplamente superada pelo Direito (3) e os não informados (2). O detalhe é que a professora de Música possuía formação em Sociologia (no nível do doutorado): ou seja, a sociologia acaba possivelmente se constituindo uma área derivativa de sua área principal, por exemplo um advogado pode pensá-la como uma teoria do direito, a história como sua aplicação, a psicologia pensá-la como uma psicologia coletiva, enfim, esses dados apontam para alguma apropriação da docência em sociologia por considerar o conhecimento “unificado”.

Já o gráfico 2 aponta algumas tendências não tão inesperadas:

Gráfico 2: contagem dos estados da federação

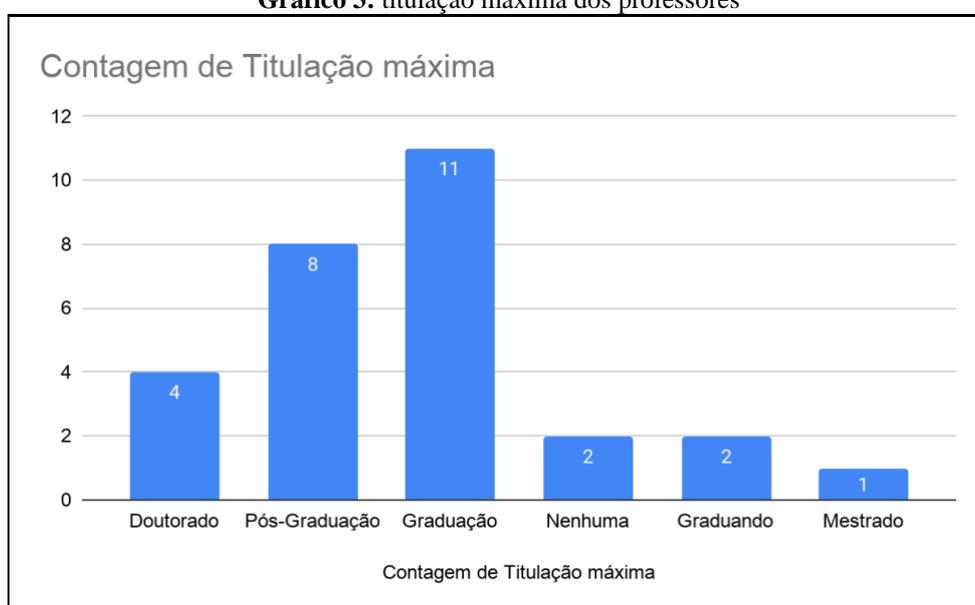


Fonte: autoria própria

Como era de se esperar, os professores mais relevantes nas plataformas pertencem ao estado de São Paulo (11), onde estão as universidades mais conceituadas. O que é surpreendente, de fato, é que o estado do Paraná (2) não esteja na segunda posição, haja vista sua grande tradição na formação de professores de sociologia. Minas Gerais está em terceiro com 4 professores, seguidos do Rio de Janeiro (com 3 ocorrências). Ou seja, a região sudeste foi a que formou os profissionais mais acessados no país. Os demais estados contaram um professor cada. Nesta amostra apareceram 37,04% dos estados brasileiros, o que evidencia certa disparidade na formação de professores considerados de ponta.

O gráfico 3 reflete as titulações:

Gráfico 3: titulação máxima dos professores

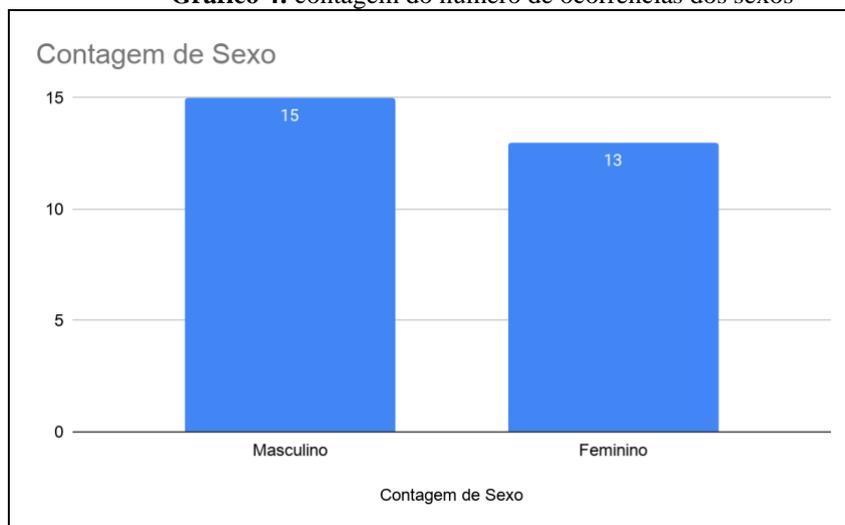


Fonte: autoria própria

Esse gráfico evidencia que a grande maioria dos professores possui como maior o título o de graduado (11), o que mostra que o reforço de sociologia está sendo oferecido por quem entra no mercado mais rapidamente. Em segundo lugar, está o título de especialista (8), o que evidencia que os professores particulares focam-se, de fato, majoritariamente na educação, de modo que apareceram nos resultados 4 doutores e 1 mestre. Isso é uma evidência de que é possível uma “carreira” dentro da aula particular e que ela não depende de títulos relacionados à pesquisa acadêmica. Há também graduandos que conseguem atuar nessa área, o que não costuma ser a realidade em instituições educacionais, que preferem pós-graduados.

No gráfico 4 podemos observar a frequência de sexos:

Gráfico 4: contagem do número de ocorrências dos sexos

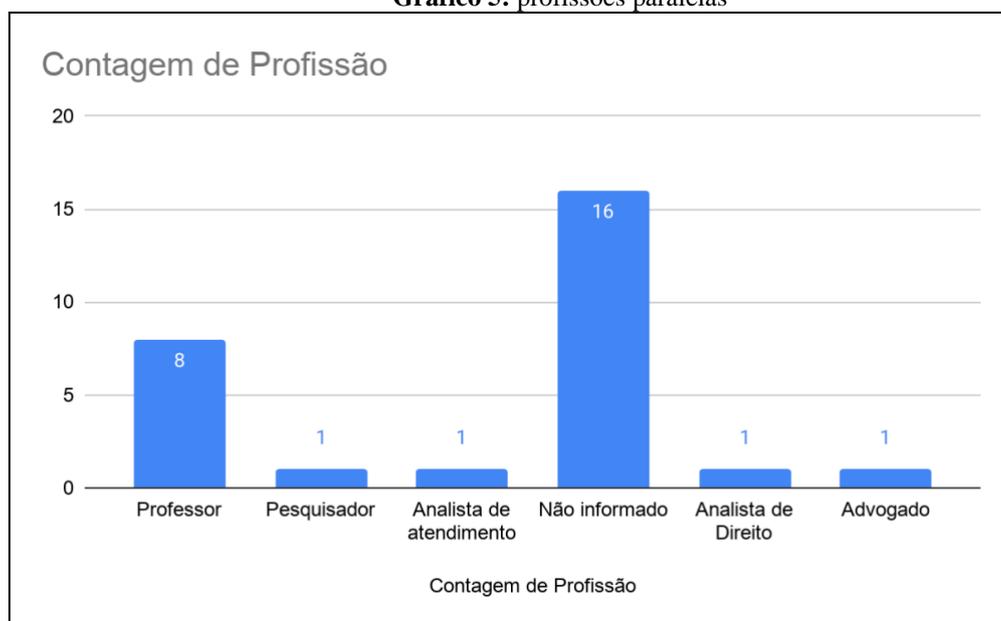


Fonte: autoria própria

Podemos observar que os professores que mais se destacaram foram homens (15), o que corresponde a 53,57%. As mulheres aparecem em um número menor (13), o que segue a proporção de 46,43%. Essa proporção não segue o número de licenciados no país, que tende a formar mais mulheres do que homens (BARRETO, 2014).

Um último gráfico individual que é interessante de analisar é o 5:

Gráfico 5: profissões paralelas



Fonte: autoria própria

Podemos observar que a maioria dos professores (8) não tinha ou não desejou relatar uma trajetória progressiva em seus perfis virtuais, o que obviamente não implica que não haja títulos por trás de sua atuação. Aqueles que se declararam professores (8) constituem o segundo grupo, dado que indica que muitos professores de instituições educacionais buscam também lecionar na dimensão do reforço escolar. A seguir apresentaremos os cruzamentos.

6. Estudo Bivariado e teste Qui Quadrado de correlação

Nesta seção os dados foram analisados de maneira bivariada no cruzamento das demais variáveis com a hora/aula e, posteriormente, foi procedido o teste de qui quadrado de Pearson para determinar a correlação dessas variáveis. Estabelecemos que o valor de confiança é 0,05, então o resultado precisa do teste precisava ser menor do que esse número para se estabelecer evidências da correlação. A tabela 2 mostra o primeiro cruzamento:

Tabela 2: Graduação x hora/aula

Valor da hora/aula	Administração	Ciências Sociais	Direito	Filosofia	História	Música	NI	Psicologia	Total geral
N.I.	-	25,00%	-	-	10,00%	-	-	-	11,11%
10	-	12,50%	-	-	-	-	-	-	3,70%
20	-	12,50%	-	-	-	-	-	-	3,70%
25	-	-	-	-	20,00%	-	50,00%	-	11,11%
30	-	-	-	-	10,00%	-	-	-	3,70%
35	-	12,50%	-	-	-	-	-	-	3,70%
37	-	-	-	100,00%	-	-	-	-	3,70%
40	-	-	-	-	10,00%	-	50,00%	-	7,41%
50	100,00%	12,50%	-	-	20,00%	-	-	-	14,81%
55	-	-	-	-	-	100,00%	-	-	3,70%
60	-	12,50%	33,33%	-	20,00%	-	-	100,00%	18,52%
75	-	-	33,33%	-	10,00%	-	-	-	7,41%
100	-	12,50%	-	-	-	-	-	-	3,70%
174	-	-	33,33%	-	-	-	-	-	3,70%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: autoria própria

Por meio desta tabela podemos perceber algumas tendências. O professor de administração possui o valor mediano de hora/aula de 50,00R\$ reais, a de música possui 55,00R\$, a de Psicologia 60,00R\$ e a de Filosofia com 37,00R\$. O surpreendente, aqui, é que a psicóloga possui doutorado em Sociologia, e se esperaria a sua maior remuneração com base nisso, porém não foi o que se refletiu no comparativo. O curso de história é o mais desigual na atribuição do valor aula/hora, pois os professores estão distribuídos em quase todas as faixas de valor, com desenho semelhante aos dos cientistas sociais, porém estes avançaram nas faixas de remuneração (chegando a 75,00R\$). O direito é a graduação que chegou aos maiores patamares remuneratórios, partindo diretamente de R\$60,00, o que já é uma remuneração maior do que a maioria dos outros participantes. O teste de qui quadrado resultou no número 0,8627829526, resultando que não há evidências para se afirmar que a primeira graduação influencia diretamente no valor hora/aula, o que já refuta a hipótese do estudo diretamente.

A tabela 3 já lida com as profissões atuais dos professores:

Tabela 3: valor e profissões paralelas

<i>Valor da hora/aula</i>	<i>Advogado</i>	<i>Analista de atendimento</i>	<i>Analista de Direito</i>	<i>Não informado</i>	<i>Pesquisador</i>	<i>Professor</i>	<i>Total geral</i>
N.I.	-	100,00%	-	6,67%	100,00%	-	11,11%
10	-	-	-	-	-	12,50%	3,70%
20	-	-	-	-	-	12,50%	3,70%
25	-	-	-	20,00%	-	-	11,11%
30	-	-	-	-	-	12,50%	3,70%
35	-	-	-	6,67%	-	-	3,70%
37	-	-	-	6,67%	-	-	3,70%
40	-	-	-	6,67%	-	12,50%	7,41%
50	-	-	-	20,00%	-	12,50%	14,81%
55	-	-	-	6,67%	-	-	3,70%
60	-	-	100,00%	13,33%	-	25,00%	18,52%
75	-	-	-	6,67%	-	12,50%	7,41%
100	-	-	-	6,67%	-	-	3,70%
174	100,00%	-	-	-	-	-	3,70%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: autoria própria

Pode-se perceber que a maioria dos professores não informou, em seus perfis, uma profissão em paralelo, a maioria apenas descreve as suas habilidades pedagógicas ou mesmo referem suas qualidades pessoais, e se informam a maioria é professores. O restante das profissões que surgiram na pesquisa não possui ligação direta com a área da educação, o que aumenta a chance de a aula particular ser um *hobby* ou um complemento de renda. O teste de Pearson desenvolvido resultou no número 0,344258156, que é maior que 0,05 e prova que não há evidência na variação.

A tabela 4 foca nas plataformas:

Tabela 4: valor e plataformas

Valor da hora//aula	Corujito	GetNinjas	Preply	Profes	Shapp	Superprof	Total geral
N.I.	50,00%	-	-	-	-	-	11,11%
10	16,67%	-	-	-	-	-	3,70%
20	16,67%	-	-	-	-	-	3,70%
25	-	-	-	-	16,67%	33,33%	11,11%
30	-	-	-	-	-	16,67%	3,70%
35	-	-	-	-	-	16,67%	3,70%
37	-	-	-	-	16,67%	-	3,70%
40	-	-	-	-	16,67%	16,67%	7,41%
50	-	-	-	33,33%	16,67%	16,67%	14,81%
55	-	-	-	16,67%	-	-	3,70%
60	16,67%	-	-	50,00%	16,67%	-	18,52%
75	-	100,00%	-	-	-	-	7,41%
100	-	-	-	-	16,67%	-	3,70%
174	-	-	100,00%	-	-	-	3,70%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: autoria própria

Vamos observar que o maior valor de hora/aula localizou-se na plataforma PrePly. A Corujito paga as menores remunerações, porém também rende o quarto maior valor, que é o de 60,00R\$. Já a Profes concentra suas remunerações na faixa entre 50,00R\$ a 60,00R\$, o que a coloca com os preços mais altos também. A Shap inicia sua faixa de pagamentos com 25,00R\$, as ocorrências espalham-se até os 100,00R\$, constituindo a segunda maior remuneração. Por fim, o Superprof se concentra em R\$25,00 até R\$50,00, o que o situa no segmento mais mediano das remuneração. O teste de correlação resultou em 0,05330309159.

Ou seja, há uma correlação, e a remuneração varia de acordo com a plataforma que o professor escolhe trabalhar.

A tabela 5 cruza o valor hora/aula com os estados da federação:

Tabela 5: valor e estados

<i>Valor da hora/aula</i>	Bahia	Maranhão	Minas Gerais	Pará	Paraná	Rio de Janeiro	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	São Paulo	Total geral
N.I.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30,00%	11,11%
10	-	-	-	-	50,00%	-	-	-	-	-	3,70%
20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,00%	3,70%
25	-	-	-	-	-	33,33%	-	-	-	20,00%	11,11%
30	-	-	-	-	-	-	50,00%	-	-	-	3,70%
35	-	-	-	-	-	-	50,00%	-	-	-	3,70%
37	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,00%	3,70%
40	-	-	25,00%	-	-	33,33%	-	-	-	-	7,41%
50	50,00%	-	25,00%	100,00%	-	-	-	-	-	10,00%	14,81%
55	-	-	-	-	-	-	-	100,00%	-	-	3,70%
60	50,00%	100,00%	-	-	-	33,33%	-	-	100,00%	10,00%	18,52%
75	-	-	25,00%	-	-	-	-	-	-	10,00%	7,41%
100	-	-	25,00%	-	-	-	-	-	-	-	3,70%
174	-	-	-	-	50,00%	-	-	-	-	-	3,70%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%						

Fonte: autoria própria

As regiões que os professores solicitam melhores remunerações são o Paraná, Minas Gerais e São Paulo - este último que também propicia, simultaneamente, as menores remunerações. Assim, aparentemente, esses são os estados com maior variabilidade de remunerações, o que talvez incida na remuneração em si, nos dois extremos. Possivelmente, os professores com maior remuneração possuem uma rede pessoalizada de alunos recorrentes, enquanto os outros que possuem remuneração menor. O teste qui quadrado resultou em 0,9999967627, o que indica que não há uma relação nessa variação, não a ponto de determiná-la.

A tabela 6 compara os professores dos dois sexos:

Tabela 6: valor e sexo

<i>Valor da hora//aula</i>	Feminino	Masculino	Total geral
N.I.	8,33%	13,33%	11,11%
10	8,33%	-	3,70%
20	8,33%	-	3,70%
25	-	20,00%	11,11%
30	8,33%	-	3,70%
35	8,33%	-	3,70%
37	-	6,67%	3,70%
40	16,67%	-	7,41%
50	25,00%	6,67%	14,81%
55	8,33%	-	3,70%
60	8,33%	26,67%	18,52%
75	-	13,33%	7,41%
100	-	6,67%	3,70%
174	-	6,67%	3,70%
	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: autoria própria

A exceção da faixa dos R\$40,00, em todos os demais valores o sexo masculino possui uma maior porcentagem do que o feminino. As remunerações mais baixas são as femininas, ao mesmo tempo em que não estão presentes nas três faixas mais altas de remuneração. Dado que é o professor que sugere a sua remuneração, é preciso explicar esse fenômeno? Será preciso contatar os professores para conseguir solucionar essa questão. O teste do qui quadrado resultou em 0,6400618971, o que demonstra que o sexo não é determinante para a composição da remuneração.

A tabela 7 lida com as experiências em sala de aula coletiva:

Tabela 7: experiência em sala de aula e valor aula/hora

<i>Valor da hora//aula</i>	Não	Sim	Total geral
N.I.	16,67%	-	11,11%
10	-	11,11%	3,70%
20	-	11,11%	3,70%
25	16,67%	-	11,11%
30	-	11,11%	3,70%

35	-	11,11%	3,70%
37	5,56%	-	3,70%
40	5,56%	11,11%	7,41%
50	16,67%	11,11%	14,81%
55	-	11,11%	3,70%
60	16,67%	22,22%	18,52%
75	11,11%	-	7,41%
100	5,56%	-	3,70%
174	5,56%	-	3,70%
100,00%		100,00%	
		100,00%	

Fonte: autoria própria

Podemos observar que os professores que dão aula em instituições educacionais acabam experimentando uma distribuição mais uniforme na escala de valores. No entanto, aparentemente quem consegue gerar mais valor na remuneração são os professores particulares, que talvez possamos chamar de “professores particulares de carreira”, que conseguem traçar estratégias para se tornarem exclusivamente professores particulares e criam remunerações maiores do que professores institucionais que utilizam as aulas particulares como fonte secundária de renda. O teste de Pearson resultou em 0,59766078, o que demonstra que não há evidência de que elas se correlacionam.

A tabela 8 já se relaciona com a titulação:

Tabela 8: titulação e valor

<i>Valor da hora//aula</i>	Doutorado	Graduação	Graduando	Nenhuma	Pós-Graduação	Total geral
N.I.	-	9,09%	-	50,00%	12,50%	11,11%
10	-	-	-	-	12,50%	3,70%
20	-	9,09%	-	-	-	3,70%
25	-	18,18%	-	50,00%	-	11,11%
30	-	-	50,00%	-	-	3,70%
35	-	9,09%	-	-	-	3,70%
37	-	-	-	-	12,50%	3,70%
40	-	18,18%	-	-	-	7,41%
50	25,00%	9,09%	-	-	25,00%	14,81%
55	25,00%	-	-	-	-	3,70%

60	25,00%	9,09%	50,00%	-	25,00%	18,52%
75	-	18,18%	-	-	-	7,41%
100	25,00%	-	-	-	-	3,70%
174	-	-	-	-	12,50%	3,70%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: autoria própria

Doutores possuem, no geral, a melhor remuneração, partindo de 50,00R\$ e chegando até 100,00R\$, concentrando-se nessa faixa de valores. Os graduados são mais elásticos na sua remuneração, e estão presentes nas duas pontas, enquanto os graduandos conseguem trabalhar na área, e, surpreendentemente, sua remuneração não está nos níveis mais baixos - o que pode indicar que há público ou que há inexperiência na composição do preço, tendência semelhante dos estudantes do ensino médio, que cobram 25,00R\$ por hora/aula. O teste de Pearson resultou em 0,59766078, o que não indica correlação entre essas duas variedades.

A tabela 9 apresenta as áreas principais dos professores:

Tabela 9: áreas e valores

<i>Valor da hora//aula</i>	Ciências		Não					Total	
	Administração	Sociais	Direito	Filosofia	História	Música	Informado		Psicologia geral
N.I.	-	7,41%	-	-	3,70%	-	-	-	11,11%
10	-	3,70%	-	-	-	-	-	-	3,70%
20	-	3,70%	-	-	-	-	-	-	3,70%
25	-	-	-	-	7,41%	-	3,70%	-	11,11%
30	-	-	-	-	3,70%	-	-	-	3,70%
35	-	3,70%	-	-	-	-	-	-	3,70%
37	-	-	-	3,70%	-	-	-	-	3,70%
40	-	-	-	-	3,70%	-	3,70%	-	7,41%
50	3,70%	3,70%	-	-	7,41%	-	-	-	14,81%
55	-	-	-	-	-	3,70%	-	-	3,70%
60	-	3,70%	3,70%	-	7,41%	-	-	3,70%	18,52%
75	-	-	3,70%	-	3,70%	-	-	-	7,41%
100	-	3,70%	-	-	-	-	-	-	3,70%
174	-	-	3,70%	-	-	-	-	-	3,70%

3,70% 29,63% 11,11% 3,70% 37,04% 3,70% 7,41% 3,70% 100,00%

Fonte: autoria própria

Nesta pergunta é possível observar a sociologia no cotejo com outras áreas. As ciências sociais como área central do professor conduzem a uma grande variedade, chegando aos dois extremos da escala. Novamente, os formados em direito estão localizados nas maiores remunerações, o que pode reforçar as análises que consideram o Brasil como um país bacharelesco. Professores de História têm remunerações localizadas nos segmentos medianos. O teste qui quadrado deu 0,6022388533, o que indica que a remuneração não variou exatamente por conta da área principal.

A última parte do texto vai apontar possíveis causalidades da correlação encontrada, além de tecer considerações mais globais com base nos dados coletados. A ideia é extrair o máximo de significação dos números levando em conta estudos sobre a sociedade.

7. Estudo das plataformas

O teste estatístico indicou que o valor da hora/aula está relacionado diretamente com a plataforma na qual o professor está oferecendo os seus serviços. Resta tentar entender esse nexos causal por meio de outras evidências, e selecionamos duas: a relação dos professores e o número de professores disponíveis. Essas informações serão encontradas por meio dos termos de adesão, onde são descritos as normativas, e do levantamento primário já apresentado na seção da metodologia.

A plataforma ganha destaque entre os usuários na medida em que atende a função social por meio dos professores, que de fato promovem o reforço escolar e cumpre a função da sociologia dentro do sistema educacional. Ela recebe os pedidos de interessados e lucra com isso, e observamos, no mínimo, 2 modelos: 1) o professor recebe o pagamento exclusivamente pela plataforma e ela ganha uma comissão por pagamento, 2) a plataforma “vende” o contato para o professor e não recebe nenhuma porcentagem na relação. Esses dois “tipos-ideais” ficaram evidentes pela análise dos termos de uso dos sites que disponibilizaram reforço em sociologia:

Superprof é um suporte de registro e difusão online de anúncios o qual tem como objetivo único o estabelecimento de contato entre professores e alunos.

Superprof não intervém em nenhum caso durante transações financeiras. Os anúncios são divulgados pelos professores, classificados por matérias e localizações. Isso significa que Superprof não tem nenhuma responsabilidade, direta ou indireta, nas transações entre alunos e professores para o pagamento das aulas particulares. Superprof, em sua qualidade de simples anunciante, não pode garantir o pagamento das prestações das aulas dos alunos ou dos

professores, nem a veracidade das informações contidas na descrição dos anúncios, nem a qualificação dos professores, nem seus números de telefone... (SUPERPROF, s/d, s/p)

A plataforma, nesse caso, vai servir como o local de encontro, é apenas um “mural” no qual os *players* se encontram e interagem. Há, portanto, uma troca de dados entre professores e alunos, e a plataforma lucra com a troca de dados dos cadastros. A plataforma Shapp usa um método semelhante: “Taxas: Recordamos que o download e cadastro são gratuitos. Quando você aceita um novo aluno, cobramos uma taxa de R\$20 apenas nesse primeiro contato” (SHAPP, s/d, s/p). Assim, a plataforma gera renda vendendo o contato para a primeira aula. Nesse modelo, podemos pensar o professor como “anônimo” no sentido de que incorpora a disciplina, e o valor hora/aula ganha muita relevância na medida em que não há dados que permitiriam que o professor fosse encontrado por outras vias.

Já a Profes recebe o pagamento diretamente do usuário:

[...] aceitar a regra de que as vendas realizadas com uso das ferramentas tecnológicas de rastreamento contidas no PROFES gerarão comissões ao AFILIADO, que serão devidas apenas após a finalização da venda e o efetivo pagamento pelo COMPRADOR, e apenas poderão ser resgatados conforme regras contidas no item GESTÃO DE PAGAMENTOS; aceitar utilizar, como meio de recebimento de suas comissões, somente as plataformas de pagamentos cuja funcionalidade de *Checkout* esteja integrada à PLATAFORMA PROFES, considerando todas as regras e limitações daquelas plataformas, que podem ser verificadas em seus respectivos sites, responsabilizando-se por realizar o seu registro junto aos respectivos meios de pagamento; (PROFES, s/d, s/p)

Assim, é vedado aos participantes fornecer contatos fora da plataforma, pois assim a intermediação da plataforma se perde e não há fonte de renda que a mantenha funcionando. Nesse sentido, a plataforma se interessa muito por promover o professor, tornando-o visível. Esse sistema é o mesmo da plataforma Corujito:

Através do Painel de aulas, o Aluno poderá visualizar suas solicitações de aula. Poderá, também, visualizar as candidaturas dos Professores e escolher o seu Professor. Uma vez escolhido o professor, o aluno deverá efetuar o pagamento para que a aula seja confirmada. O sistema direcionará o Aluno para o carrinho de compras, onde deverá ser realizado o pagamento através de seu saldo no sistema ou através das opções disponibilizadas pela empresa prestadora de serviço de pagamento (Cartão de Débito, Cartão de Crédito e Boleto Bancário) (CORUJITO, s/d, s/p)

Ou seja, o aluno só terá a aula de reforço após o pagamento, o que resguarda a remuneração tanto do aluno quanto da plataforma. Esse tipo de plataforma cria dois avatares que entram em contato por meio dela, e precisam garantir que as interações aconteçam apenas por sua tecnologia da informação. Nesse sentido, a imagem do professor precisa ser trabalhada com mais cuidado para que o aluno deseje fechar negócio com a plataforma.

Qual a relação entre a oferta de professores e a remuneração? Para responder a essa questão, é preciso comparar a tabela 1 e a tabela 4. Apreciando-a, podemos notar alguns aspectos: a Profes oferece 1.229 opções e as maiores remunerações. Já a plataforma superprof oferece 5.318 professores e possui as remunerações na faixa mediana. No Corujito os 132 professores cobram os valores mais baixos do levantamento na maioria das vezes. A Shapp, por outro lado, tem 17 oferecimentos e os professores escolheram remunerações localizadas em quase todas as escalas em porcentagens semelhantes.

Ou seja, não há uma relação direta entre a oferta e a demanda, pois se esperaria que uma plataforma maior oferecesse remunerações menores, porém isso poderia resultar justamente na depreciação do produto e a não contratação dos professores. Há um ponto de equilíbrio ao qual os professores e as plataformas precisam estar atentos, o que também impede encararmos o problema como um materialismo histórico.

As plataformas, de fato, fazem dois esforços técnicos: 1) na interface e é preciso um grande investimento em sua manutenção para torná-la afeita para a cultura digital, o que aumenta a chance de se fechar o negócio e 2) acomodar as informações mandadas pelos usuários. Assim, estar em uma plataforma já é um fator de formação do preço por conta do papel que atribui ao professor, de anônimo institucionalizado (pois a interação é mediada) ou de B2P (Business to Person, ou “Negócio para pessoa” em uma tradução livre).

De encerramento, podemos concluir com duas reflexões que abrem caminho para pesquisas futuras.

1. A sociologia, aqui, apareceu para a maioria dos professores como área secundária. Isso evidencia uma grande variedade de perfis de professores, algo possibilitado pela não regulamentação dos professores particulares. Nesse caso, a maior probabilidade de se encontrar aulas de sociologia com professores de sociologia é, ainda, nas instituições de ensino.
2. Este mercado funciona como um jogo especulativo e os professores apostam na sua aceitação social por meio da remuneração. Não é à toa que profissionais autônomos tendem a ter uma remuneração maior do que os licenciados, talvez porque não dependam economicamente da construção de uma rede.

8. Considerações Finais

Este estudo exploratório tratou do valor hora/aula do reforço escolar em sociologia na economia GIG. A partir da elaboração de um instrumento de pesquisa, foi montado um banco de dados com professores em diferentes plataformas educacionais. O problema de pesquisa foi investigar qual a variável que influenciou diretamente no valor da hora/aula sugerida pelos professores, utilizando o teste de qui quadrado de Pearson.

A variável que indicou a relação foi a da plataforma, sobre a qual investigamos adicionalmente os termos de uso e o número de professores ofertados.

Concluimos o texto com algumas reflexões. A primeira delas é que o reforço escolar acaba sendo uma área de atuação viável, especialmente em sociologia, para uma pessoa sem qualificação acadêmica justamente porque é possível atuar sem gerar certificação. Nesse sentido, seria interessante observar, futuramente, como é o cadastro de professores nessas plataformas: será que há algum parâmetro de seleção? Será que há comprovação de titulação? Em casos de problemas na relação professor e aluno, será que a plataforma se envolve?

Um esforço futuro seria o de estudar o que esses professores lecionam com mais profundidade, focando diretamente na atuação que eles propõem. Seria interessante quantificar, por exemplo, quantos dão aulas para Concursos, Escola Básica, Ensino Superior, etc. Isso implicaria em investigar sobre como a sociologia é concebida por esses professores. Assim, poderíamos encontrar esses professores e entender, também, como a sociologia está sendo ensinada, o que pode resultar em uma maior ou menor aceitação social da própria sociologia.

A economia *gig* constitui-se em um veículo de precarização do trabalho docente? É difícil de se responder a essa pergunta apenas pelas plataformas, dado que quem determina o preço são os próprios professores e já há alto desemprego na categoria. No fim, atuar na indústria *gig* pode ser a única oportunidade de atuação docente para alguns licenciados, porém sem o contraponto da certificação (que é fornecido pelas instituições formais e que permite a construção de um currículo profissional).

9. Referências

- BARRETO, Andreia. A mulher no ensino superior: Distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, v. 3, n. 6, p. 3-46, 2014.
- CENCI, Angelo Vitorio. **Aristóteles & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- COCHRANE, Danielle Rezende Rodrigues; MELLO, José André Villas Boas. Consequências da economia GIG na identidade profissional: revisão sistemática da literatura. *Logeion: Filosofia da Informação*, v. 6, n. 2, p. 142-156, 2020.
- CORUJITO. Termos de uso e política de privacidade da aula particular. **Corujito**. Sem Data. Disponível em: <https://www.corujito.com/Conference/v20/jsp/includes/termos.jsp>. Acesso em 17/12/2020.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão social do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FALCÃO, Maurin Almeida. A teoria do fato social em Durkheim e os elementos de conexão para uma análise sociológica do tributo. **Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law**, v. 13, p. 57-75, 2019.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas SA, 2019.
- GOMES, Candido et al. Reforço escolar: gastos e desigualdades sociais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 91, n. 227, 2010.
- LOPES, Ricardo Cortez; BALDASSO, Júlio César. . Experiência de Ensino de Sociologia no curso popular ONGEP - Organização Não-Governamental para a educação popular. In: **IV Encontro Nacional de Ensino**

de Sociologia no Ensino Básico (ENESEB), 2015, São Leopoldo. IV ENESEB Trabalhos GTs. São Leopoldo: Unisinos, 2015. v. 1. p. 1-13.

OLIVEIRA, Amurabi. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. *Acta Scientiarum* vol. 35, núm. 2, julho-diciembre, 2013, pp. 179-189

PROFES. Termos de uso. Sem Data. **Profes**. Disponível em: <https://profes.com.br/info/termos-de-uso/>. Acesso em: 16/12/2020

SHAPP. FAQ. Sem data. **Shapp**. Disponível em: <https://shapp.it/faq>. Acesso em 17/12/2020.

SUPERPROF. Termos e Condições Gerais de Utilização. Sem Data. **Superprof**. Disponível em: <https://www.superprof.com.br/tcgu.html>. Acesso em: 16/12/2020.

VALVERDE, Antonio. RAIZ E ANTENA: GIAMBATTISTA VICO E A SABEDORIA POÉTICA. *Barricadas: Revista de Filosofia e Interdisciplinaridade*, v. 1, n. 1, 2020.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto; PANSINI, Flávia; DE SOUZA, Flora Lima Farias. Reforço escolar: espaço de superação ou manutenção das dificuldades escolares?. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n. 2, p. 237-246, 2012.